

CAPITALISMO E SUAS CRISES ECONÔMICAS: A UTILIZAÇÃO DO CONSUMO COMO FORMA DE ENFRENTAR A RECESSÃO

CAPITALISM AND ITS ECONOMIC CRISIS: THE USE OF CONSUMPTION AS WAY TO CONFRONT THE RECESSION

Carlos Augusto de Oliveira Diniz¹

Rogério Nogueira Guimarães²

Resumo: Busca-se demonstrar neste trabalho, onde se utilizou o método dedutivo, como os tributos podem contribuir, ou ser de fato, um instrumento de combate aos momentos de recessão. Essa concepção faz sentido quando se frisa que as crises econômicas possuem caráter cíclico, entendimento defendido por Marx e demonstrada com análise histórica das crises ao longo do tempo. E nessa direção deve-se precaver e buscar soluções, não para evitar, mas, enfrentá-las com meios eficazes. Demonstrou-se como em alguns momentos diferentes da história o Brasil teve posturas diversas para enfrentar crises. Analisando a história pode-se perceber que nos momentos de recessão existe uma queda no consumo, e esse consumo reduzido é o eixo da crise, pois, a indústria reduz o nível de produção o que faz com que não haja lucro, e logo, demissões. Isso ocorre em cadeia gerando mais miséria e exclusão social. Sendo assim, percebeu-se que durante a recessão é crucial manter elevado o consumo, pois assim a crise será superada em menos tempo. Nesta situação demonstrou-se o exemplo brasileiro como uma efetiva forma de superar esse momento, qual seja, a política de redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, como forma de manter o consumo estável e com isso evitar os impactos da crise e superá-la mais facilmente.

Palavras-chave: Capitalismo - Crises – Impostos – Consumo.

Abstract: We seek to demonstrate in this paper, which we used the deductive method, as taxes can contribute, or indeed be a tool to combat the times of recession. This design makes sense when one notes that economic crises are cyclical, view held by Marx and demonstrated with historical analysis of crises over time. And in this direction should take precautions and seek solutions, not to avoid, but face them with effective means. As demonstrated in a few different times in history Brazil had different attitudes to face crises. Analyzing the history can be seen that in times of recession there is a drop in consumption, reduced consumption and that is the axis of the crisis, because the industry reduces the level of production which makes no profit, and soon, layoffs . This chain is creating more poverty and social exclusion. Thus, it was noticed that during the recession is crucial to maintain high consumption, so that the crisis will be overcome in less time. In this situation proved to be the example of Brazil as an effective way to overcome this moment, which is the policy of reducing the rate of Tax on Industrialized Products - IPI, in order to maintain stable consumption and thereby avoid the impacts of the crisis and overcome it more easily.

Keywords: Capitalism - Crises - Taxes - Consumption.

Introdução

¹ Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS (Unidade de Paranaíba). Mestre em Direito pelo Centro Universitário Toledo de Araçatuba-SP. Lattes <http://lattes.cnpq.br/3127802813505867>

² Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS (Unidade de Paranaíba). Mestrando em Direito pelo Centro Universitário Toledo de Araçatuba-SP. Lattes <http://lattes.cnpq.br/0295057781995793>

O presente trabalho parte de uma constatação científica que se comprova com a história capitalista, ou seja, percebeu-se que ao longo do tempo a humanidade tem sofrido impactos sociais oriundos das freqüentes crises capitalistas. E dentro desta condição buscou-se fundamentação teórica para explicar tal fato.

Sendo assim, o fundamento para tais acontecimentos encontram-se na estrutura capitalista, o que fora analisado na obra de Marx quem percebeu no século XIX que no capitalismo as crises possuem um caráter cíclico, e por isso se diz que a história prova isso, pois, várias foram as crises enfrentadas pelo mundo ao longo do anos.

Ademais, o que inquieta é o fato de perceber tal fato e por vezes não ser o homem capaz de evitar os impactos prejudiciais das crises, sobretudo, no campo social com a frequente miséria que se acentua ainda mais nestes momentos.

Para tanto adotou-se o método dedutivo. De forma que para demonstrar que a história também dá um exemplo de como o Estado deve intervir para amenizar os reflexos da recessão, abordou-se o exemplo brasileiro que durante as crises recentes quando se reduziu impostos com o intuito de manter constantes os níveis de consumo e com isso evitar que as crises paralise a estrutura capitalista que precisa continuar funcionando para que se supere os momentos de turbulência com mais agilidade.

Dessa maneira o objetivo do presente é demonstrar que os impostos são importantes instrumentos no mundo capitalista, não somente do ponto de vista fiscal, mas também do ponto de vista estratégico, sendo assim, o direito tributário e o consumo são instrumentos que podem muito contribuir para que o Estado dê respostas tempestivas e efetivas nos momentos de crise.

1. Brasil: Uma opção pelo Capitalismo.

O Brasil como país emergente tem despertado recentemente a atenção pela forma calma e segura com que tem crescido, e principalmente pelas condições internas que foi capaz de produzir nas duas últimas décadas. Sabe-se que se trata de um país capitalista. E nessa direção Eros Grau propõe que a ordem econômica adotada no Brasil é marcada por três aspectos marcantes (GRAU, 2004, p. 314)

- a ordem econômica na Constituição de 1988 define opção por um sistema, o sistema capitalista;
- há um modelo econômico definido na ordem econômica na Constituição de 1988, modelo aberto, porém, desenhado na afirmação de pontos de proteção contra modificações extremas, que descrevo como modelo de bem-estar;
- a ordem econômica na Constituição de 1988, sendo objeto de interpretação

dinâmica, poderá ser adequada às mudanças da realidade social, prestando-se, ademais, a instrumentá-las.

Aqui deter-se-á a analisar o 1º aspecto, ou seja, o meio de produção adotado pelo Brasil é o capitalista. Então, partindo do pressuposto de que o Brasil é um país capitalista é importante que se faça algumas ponderações sobre tal sistema de produção. O historiador José Jobson apresenta algumas características do capitalismo (ARRUDA, 1996, p. 128)

No capitalismo, definem-se as relações assalariadas de produção; há a nítida separação entre os detentores dos meios de produção (capital) e os que só possuem o trabalho. O capitalismo também se caracteriza por: produção para o mercado, trocas monetárias, organização empresarial e espírito de lucro.

O Professor Hunt da Universidade de Utah nos Estados Unidos ensina o que aos seus olhos são os conjuntos que caracterizam o capitalismo (HUNT, 1981, p. 26)

O capitalismo é caracterizado por quatro conjuntos de esquemas institucionais e comportamentais: produção de mercadorias, orientada pelo mercado; propriedade privada dos meios de produção; um grande segmento da população que não pode existir, a não ser que venda sua força de trabalho no mercado; e comportamento individualista, aquisitivo, maximizador, da maioria dos indivíduos dentro do sistema econômico.

Entende-se que a característica da “produção para o mercado” ocupa lugar de destaque, pois, é o consumo que estimula a produção permitindo que o sistema se complete e funcione adequadamente. É a demanda pela produção que faz com que as “engrenagens” do sistema se movimentem de maneira veloz ou lenta. Tal destaque é merecido principalmente nessa fase do capitalismo em que se produz e se consome em massa. Logo, o objetivo principal da produção é ter alguém que a consuma, pois sem isso não há lucro.

Ainda na busca de entender o capitalismo é importante ter em mente que o seu aparecimento se deu por um processo lento onde se pode perceber que quem ditou a intensidade da mudança foi a sociedade consumidora. Tal mudança ocorreu por etapas, ou fases, daí a dificuldade de fixar um marco histórico, uma data em que a mudança precisamente ocorreu. Neste sentido são os ensinamentos do professor E. K. Hunt (HUNT, 1981, p. 25)

O capitalismo como sistema econômico, político e social dominante surgiu muito lentamente, num período de vários séculos, primeiro na Europa Ocidental e, depois, em grande parte do mundo. À medida que surgia, as pessoas buscavam compreendê-lo.

Segundo José Jobson existem quatro fases bem definidas do capitalismo, são essas fases o **Pré-capitalismo**: fins da Idade Média nascimento dos burgos e da produção artesanal. **Capitalismo Comercial**: ampliação da produção e incremento do comércio. **Capitalismo industrial**: Por volta do século XVIII na Inglaterra, que pode ser sintetizada na Revolução

Industrial. E o **Capitalismo financeiro**: Fase atual onde os bancos controlam o capital e conseqüentemente a produção (ARRUDA, 1996).

Analisando estas fases, ou etapas, do capitalismo importante ressaltar que só ocorreram porque a sociedade manteve os seus desejos de consumo elevados. O capitalismo somente sofreu mutações porque na outra extremidade do ciclo produtivo a população sempre consumiu e até aumentou o seu padrão de consumo.

Neste quadro tanto José Jobson, quanto Hunt abordaram como característica do capitalismo a “produção para o mercado”. Mas que mercado é esse? Pode-se dizer que quando se fala em produção para o mercado se diz “produção para o consumo”, ou mais além, a necessidade de que haja consumo para que se aumente ou mantenha a produção.

Vive-se um período em que é vendida a idéia de que o consumo proporciona felicidade e um bem estar maior. Não raro encontra-se pessoas que coadunam desta idéia, porém, o que se entende inescusável é a relação que a baixa no consumo tem com manutenção da prosperidade capitalista (HUNT, 1981).

Então, pode-se dizer essa idéia de que o consumo é importante para a felicidade humana não esta correta, ele não causa felicidade, é uma idéia importante apenas para manter o capitalismo sem grandes turbulências, porque habitua o homem a consumir para ser feliz. O que permite dizer que todas as crises capitalistas estão direta ou indiretamente relacionadas com o consumo. Não se pode mais negar o fato de que o consumo nada mais é do que o indicador da vitalidade do capitalismo.

Mas porque falar em capitalismo inicialmente? Como buscou-se evidenciar até agora é o consumo que propicia que se atinja o objetivo principal do referido sistema. Sem consumo não há lucro, e a falta de lucro gera crise econômica. Neste diapasão deve-se frisar a idéia de que a medida que o consumo aumentou o capitalismo se modificava e entrava em um novo momento.

Disso se pode concluir que ao longo da história a sociedade foi induzida a consumir para que o sistema capitalista mantivesse o seu vigor. Isso fez chegar aos dias de hoje produzindo, e principalmente, consumindo em massa. Ademais existe no capitalismo uma verdadeira condição cultural que leva o indivíduo a consumir (HUNT, 1981, p. 28/29)

Os costumes sociais do capitalismo têm levado as pessoas a acreditar que praticamente toda necessidade ou infelicidade subjetiva pode ser eliminada simplesmente comprando-se mais mercadorias. O mundo competitivo e economicamente inseguro no qual se movem os trabalhadores cria sentimentos subjetivos de ansiedade, solidão e alienação. A maioria dos trabalhadores vê como causa desses sentimentos sua própria incapacidade de comprar mercadorias suficientes para fazê-los felizes. Mas, na medida em que recebem salários maiores e compram mais mercadorias, verificam que o sentimento geral de insatisfação e

ansiedade continua. Então, os trabalhadores tendem a concluir que o problema é que o aumento dos salários é insuficiente. Como não identificam a verdadeira origem de seus problemas, caem num círculo asfixiante, onde quanto mais se tem, mais necessidade se sente; quanto mais rápido se corre, mais devagar se parece andar; quanto mais arduamente se trabalha, maior parece ser a necessidade de se trabalhar cada vez mais arduamente.

Isso torna a missão de estimular o consumo uma prática mais fácil, visto que no capitalismo o consumo é crucial e que o momento faz com que a população consuma de maneira involuntária, irracional, quase que automaticamente. Realmente não seria incorreto dizer que o homem é um escravo do capitalismo.

2. Crises do capitalismo.

Ao se debruçar sobre o estudo do capitalismo percebe-se ao longo da história uma característica marcante neste sistema de produção, “as crises”. Percebe-se que as crises são freqüentes, uma espécie de ciclo, que cedo ou tarde culmina em um período de recessão.

Porém, não se pode tomar posse desta idéia, pois, outros autores de maior envergadura científica já pensaram nisso anteriormente. Como exemplo, Karl Marx em 1848 em obra escrita em parceria com Friedrich Engels, “Manifesto do Partido Comunista” (MARX, 2009, p. 33)

As relações burguesas de produção e de troca, as relações burguesas de propriedade, a sociedade burguesa moderna que gerou, como por encanto, meios de produção e de troca tão poderosos assemelha-se a ao feiticeiro que já não consegue dominar as potências demoníacas que evocara. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio é tão-somente a história da revolta das modernas forças produtivas contra as relações modernas de produção, contra as relações de propriedade, que são as condições da existência da burguesia e de sua dominação. Basta citar as crises comerciais que, em sua periódica recorrência, colocam em perigo, de forma sempre mais ameaçadora, a existência de toda a sociedade burguesa. As crises comerciais aniquilam regularmente grande parte não somente dos produtos existentes, mas também das forças produtivas já criadas. Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contra-senso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se bruscamente de volta a um estado de barbárie momentânea: dir-se-ia que a fome ou a guerra geral de aniquilamento tolheram-lhe todos os meios de subsistência: a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe já não servem para promover a civilização burguesa e as relações de propriedade burguesas; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações; e são por elas entravadas. E, assim que superam esse obstáculo, precipitam toda a sociedade burguesa na desordem, colocam em perigo a existência da sociedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conterem a riqueza que produziram. – Como a burguesia supera as crises? De uma parte, pelo aniquilamento forçado de um enorme contingente de forças produtivas; de outra, pela coquista de novos mercados e pela exploração mais acirrada dos antigos. Por intermédio de que? Preparando crises mais extensas e mais violentas e reduzindo os meios para preveni-las. As armas que a burguesia usou para abater o feudalismo voltam-se agora contra ela mesma.

Então, partindo das conclusões de Marx em torno do caráter cíclico da crises capitalistas percebe-se que o autor tem seguidores atualmente. Tal forma de pensar também é defendida por representantes do “liberalismo mais conservador”, como o ex-presidente do Federal Reserve Board, o economista Alan Greenspan (GREENSPAN, 2008, p. 3-4; p. 11)

O tumulto nos mercados financeiros mundiais que começou no verão de 2007 foi um acidente à espera de acontecer a qualquer momento. Na quinta-feira, 9 de agosto, o banco francês BNP Paribas suspendeu as negociações com três de seus fundos de investimento, no valor de 2 bilhões de euros, afirmando que não mais poderia avaliar os ativos dos fundos porque o mercado para eles havia evaporado. Em poucas horas, os mercados de crédito de curto prazo em todo o planeta estavam praticamente paralisados. Apesar dos esforços dos principais bancos centrais do mundo, que bombearam centenas de bilhões de dólares para dar liquidez ao sistema bancário, a primeira crise financeira completa do século XXI estava a caminho. (...) Vivemos os últimos anos, até agosto de 2007, sob o sortilégio de uma das bolhas mais eufóricas entre as que parecem repetir-se com alguma regularidade nos mercados financeiros modernos.

Destaque-se as passagens “primeira crise do século XXI”, e “bolhas eufóricas que se repetem com alguma frequência”. Aqui destaca-se nas idéias de Alan Greenspan o caráter cíclico analisado por Marx. Ainda que alguns sejam relutantes em afirmar isso foi Marx um grande pensador do tema.

Feitas as demonstrações do caráter cíclico das crises capitalistas cumpre ressaltar que ir-se-á aqui flutuar entre algumas das maiores crises que assolaram o mundo capitalista como forma de confirmar a idéia de Marx. Sendo assim ir-se-á analisar, dentro do corte epistemológico feito, as crises de 1929, 1973, 1980, 1997, 2008, e 2011.

2.1 A crise de 1929

No ano de 1929 o mundo presenciou uma crise econômica de proporções assustadoras. Tal crise foi uma decorrência da 1ª Guerra Mundial. Senão: Os Estados Unidos da América (EUA) foram os que mais se beneficiaram com o conflito. Como os EUA só participaram das ações bélicas a partir de 1918, não tiveram perdas de homens e destruição em seu território, logo terminaram o conflito em condição privilegiada em relação aos demais países (PEDRO, 1998).

Quase toda a indenização paga pela Alemanha aos países foi repassada aos EUA como pagamento de juros referente a empréstimos contraídos pelas potências que participaram da guerra (PEDRO, 1998). Esse capital que entrou na economia norte americana causou um grande investimento no setor produtivo.

Foi uma época de prosperidade, o que permitiu aos EUA fazer frente ao socialismo da Rússia, sobretudo no tocante ao “marketing ideológico” (PEDRO, 1998). Mas como se viu acima o caráter cíclico das crises capitalistas logo iria por fim a tamanha prosperidade (PEDRO,1998. p. 304)

Entretanto, todo esse crescimento era frágil. No sistema capitalista – voltado para o lucro – há uma tendência aparentemente contraditória: a relação da taxa de lucro. O capitalista, dono da indústria, tende a aplicar na aquisição de novas máquinas, mas o progresso técnico gera a dispensa de mão-de-obra. Aliado a isso, o aumento real dos salários diminui o poder de compra da população. Sem esse poder de compra, o lucro do capitalista diminui. Assim, em meados da década de 20 a situação da economia norte-americana era a seguinte: a produção, cada vez mais automatizada, crescia violentamente, enquanto o consumo desses produtos não acompanhava o mesmo ritmo. Entretanto, a euforia parecia ter cegado a grande maioria dos americanos, que se recusava a enxergar tal fenômeno.

O acúmulo de produção sem consumo chega a um ponto que começa a fazer com que todo o sistema capitalista que sobrevive da circulação constante de valores e mercadorias passe a viver numa espécie de paralisia.

Quadro que vai se alterando até que a de fato a recessão ponha o capitalismo para se mover, porém, rumo ao declínio, ao “fundo do poço”. Como foi dito, em 1929 a população americana demorou a entender que caminhava para uma crise, pois, a sensação de prosperidade era grande (PEDRO, 1998).

O mercado de ações passou a ser um grande captador de recursos, todas as classes econômicas investiam suas reservas em ações (PEDRO, 1998). E então eclodiu o que é comum no capitalismo, a crise (PEDRO, 1998, p. 305)

Em outubro de 1929, as ações começaram a baixar de preço. Foi o princípio do fim. Todos começaram a vendê-las e grande parte dos investidores ficou completamente arruinada. Pequenas e médias empresas fechavam suas portas. Os bancos faliam. Só as grandes empresas sobreviviam, despedindo operários, reduzindo as horas de trabalho e cortando os salários. Em 1933 havia 15 milhões de pessoas desempregadas.

Tal crise foi combatida pelo governo Roosevelt com o que ficou conhecido por “new deal”, ou nova distribuição que consistiu em uma série de medidas adotadas. Foram elas: a) pagamento aos pequenos produtores para que não plantassem forçando uma alta dos preços; b) limitação a produção industrial; c) grandes obras para a absorção de mão-de-obra ociosa, incentivo ao consumo; d) criação de garantias trabalhistas, (PEDRO, 1998).

A partir de então percebeu-se que o Estado deveria sim intervir na economia para equilibrar suas falhas. Era o modelo intervencionista tomando força no mundo capitalista. A crise de 1929 como se sabe foi de proporções catastróficas para o Brasil. Nesta época o Brasil era governado por Washington Luís. Este governante fez uma reforma econômica que atrelava a emissão de moeda ao depósito do “lastro-ouro”, uma espécie de garantia (SILVA,

1992). Tal seriedade com a política econômica trouxe ao país uma estabilidade que foi prejudicada pela crise de 1929 (SILVA, 1992. p. 238)

Para o Brasil, país cuja economia se assentava basicamente na agorexportação do café, os efeitos da crise de 29 foram brutais. Foi desmantelada a estabilidade da política financeira de Washington Luís. Os banqueiros internacionais passaram a exigir o pagamento dos empréstimos concedidos. As vendas do café paralisaram e os preços desabaram nos mercados internacionais. Os cafeicultores, arruinados pela paralisação das compras e queda dos preços, procuraram o presidente, mas este se negou a lhes conceder novos empréstimos e prorrogar as dívidas. Para a oposição era chegado o esperado momento de quebrar a hegemonia política dos cafeicultores. As combalidas oligarquias cafeeiras foram finalmente derrubadas pela Revolução de 1930.

Perceba que a crise de 1929 trouxe implicações até no campo político para o Brasil. Isso marcou o início da era Vargas. O Presidente Getúlio Vargas assumiu o país com a missão de resgatar o Estado do caos em que estava (SILVA, 1992, p. 250/251)

Era preciso salvar a lavoura cafeeira, porque o colapso daquele setor geraria o caos em todos os demais setores econômicos e sociais a ele vinculados. Para tanto Getúlio iniciou uma **nova política de valorização do café**, diferente, em termos, daquele ditada pelo Convênio de Taubaté. Agora o Estado intervinha diretamente na produção: comprava e queimava o excedente. Na década de 30 foram destruídos aproximadamente 80 milhões de sacas do produto. Outra diferença consistia no fato de os governos anteriores conseguirem empréstimos externos para “socializar as perdas” do setor. (...) A intervenção do Estado consistia também na redução das dívidas de alguns fazendeiros, na obrigação de os cafeicultores entregarem ao governo, a preço simbólico, 20% da produção e na proibição temporária de novos plantios.

Neste momento percebe-se a atuação de um Estado que buscava intervir no mercado sem condições financeiras adequadas, haja vista que a crise acabara com as reservas do país, e pior, paralisou as exportações, o que poderia propiciar a entrada de riquezas no país (SILVA, 1992).

De fato ainda que alguns possam questionar o risco para a economia de um país que tenha sua economia estruturada com base em um único produto, o momento vivido pelo Brasil durante a crise de 1929 não deixava outra alternativa ao governo Vargas, visto que toda a economia brasileira estava estruturada na exportação do café.

Aqui percebe-se com mais clareza a interdependência dos setores no sistema capitalista adotado pelo Brasil (GRAU, 2004); os cafeicultores não pagam os bancos; os bancos ficam sem capital e quebram; com os bancos quebrados não haverá crédito para os outros setores, e então o caos vira realidade.

2.2 Dos anos 70 aos 90 do século passado

Existe algo que põe o capitalismo exposto a suas fragilidades que a dependência do petróleo. Isso se evidenciou quando em 1973 ocorreu o choque do petróleo revelando ao mundo a fragilidade capitalista, haja vista a não diversificação das fontes de energia.

Tal choque foi uma consequência da guerra do Yom Kippur (Egito e Síria contra Israel), pois a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, resolveu promover um embargo de exportação de petróleo para países que apoiaram Israel durante o referido conflito. Ocorre, que a OPEP (tipo de cartel) conseguiria atingir seu objetivo de prejudicar países como Estados Unidos, Japão, e Europa Ocidental, e as consequências foram avassaladoras (FOREX89, 2011).

O fato é que tal boicote elevou o preço do barril de US\$ 12,00, ou seja, quadruplicou o valor do barril que antes era de US\$ 2,50 em média. Vendo a gravidade da situação e temendo não ter dinheiro para conseguir comprar petróleo e alimentar a indústria capitalista, os EUA começaram a resgatar os títulos do tesouro de países do dito 3º mundo. Isso gerou um colapso em todo o planeta (FOREX89, 2011).

Tal prática faria com que os demais países devedores dos EUA agravassem ainda mais a sua condição econômica, o que redundou em mais miséria pelo mundo, pois, o dito terceiro mundo ficou descapitalizado após o resgate dos títulos por parte dos EUA. E mais uma vez o capitalismo presenciava uma crise internacional.

Já nos anos 80 é importante que se entenda mais claramente os ciclos das crises vividas no Brasil e no mundo, conforme explica o professor Bresser (PEREIRA, 1996, p. 15)

Em síntese, enquanto a crise dos 30 foi uma crise keynesiana, definida por uma crônica insuficiência de demanda, a minha hipótese é que a crise dos anos 80 e 90 é uma crise do Estado, é uma crise fiscal do Estado, é uma crise do modo de intervenção do Estado Social, é uma crise da forma burocrática e ineficiente de administrar um Estado que se tornou grande demais para poder ser gerido nos termos da “dominação racional-legal” analisada por Weber.

Para simplificar e facilitar o entendimento desta situação, o professor Bresser faz uma analogia, usando um elefante e um tigre; é como se o Estado, devido a um ciclo econômico, crescesse demais e passasse a intervir em quase todas as áreas da economia, tornando-o de certa forma um “elefante velho e balofo” e que por isso perdera a capacidade de intervir de maneira eficaz na economia; porque perdera a versatilidade (PEREIRA, 1996).

Dessa forma, a privatização ajuda a transformar o “elefante” em um “tigre ágil”, versátil e arrojado o bastante para ser capaz de responder com prontidão e intervir de maneira realmente eficaz na economia. A privatização serve para reduzir o excesso de tamanho do aparato estatal, e devolver-lhe a capacidade de intervenção (PEREIRA, 1996).

A doutrina social-liberal ou social-democrata prega a privatização para que o Estado recupere a capacidade de intervir na economia de maneira eficaz e com tendência a regular o mercado, ou seja, o Estado social-liberal vê a privatização de maneira mais pragmática voltada para uma eficiente intervenção e não pelo fim das intervenções. O professor Bresser ensina que (PEREIRA, 1996, p. 258)

É comum na América Latina identificar liberalização comercial com reforma neoliberal – quando é simplesmente uma reforma de sentido liberal. A liberalização comercial só será neoliberal se for radicalmente liberalizante, eliminando todos os controles, inclusive os tarifários, às importações, e não prever qualquer medida compensatória ou limitadora, como por exemplo, um esquema de política industrial. Nenhum país comete a sandice de eliminar todas as proteções.

Ademais, é preciso ressaltar que a crise econômica vivida pelo país nos anos 80 e 90 foi uma crise do Estado e não apenas da economia. Isso se deve ao modelo econômico adotado anteriormente que já encerrou seu ciclo; o momento econômico é outro. O Estado após os anos 70 se fortaleceu, financiava e subsidiava o setor privado.

Porém, após 1983 devido à crise da dívida externa, o Estado caminhava para o colapso, pois estavam esgotados seus recursos, ao passo que o setor privado estava forte, uma vez que tinha acumulado “gordura” em forma de capital e agora o poder de financiamento estava em suas mãos.

No Brasil, pode-se concluir, que o acúmulo de capital no setor privado, oriundo dos subsídios governamentais foi muito importante inicialmente, mas agora que a capacidade de subsidiar do Estado foi reduzida a quase zero, é a hora do setor privado queimar suas reservas e passar a financiar o desenvolvimento econômico nacional na frente do Estado, deixando a este o papel de regular as falhas do mercado.

Além disso, é importante destacar que a privatização está dentro do processo de abertura comercial. A abertura comercial incomoda porque obriga que as empresas nacionais, em geral acomodadas pelo subsídio do Estado, passem a se organizar e aprendam a ter disciplina administrativa e financeira, caso contrário perderão seu espaço no mercado, haja vista a constante e dura competição.

Até agora o empenho dispensado tinha o intuito de demonstrar que a crise econômica dos anos 80 e 90 além de uma crise financeira também era uma crise do Estado e seu modelo de desenvolvimento completamente esgotado baseado na substituição de importações, e isso era reflexo de um Estado que crescera demais e por isso não consegue controlar a sua capacidade de intervenção efetiva, necessária ao avanço econômico.

Não bastasse essa crise fiscal dos anos 80, outra crise bastante significativa para o Brasil aconteceu no final da década de 90, mais precisamente em 1997, que foi a crise dos tigres asiáticos. Para o Brasil foi uma turbulência de proporções ímpares tendo em vista que a nova moeda brasileira o Real ainda estava em processo de afirmação interna e externa.

Em 1997 depoimentos do então Presidente Fernando Henrique Cardoso davam conta da magnitude do problema e da interação entre os mercados “Por causa da crise em Hong Kong, a Bolsa de São Paulo, num só dia, 27 de outubro de 1997, caiu 14%!” (CARDOSO, 2006, p. 382).

Nestes momentos a máxima de que “tudo que é sólido se desmancha no ar” parece se concretizar, o que ainda é importante ressaltar é que tal crise representava muito mais do que um momento de recessão, representava também, o risco de que o país perdesse o pouco que havia conquistado em termos de estabilidade econômica. As perdas ocorrem em uma velocidade que assusta (CARDOSO, 2006, p. 383)

Antes de dormir vi pela CNN o que acontecia em Hong Kong e adjacências. Resultado: naquele dia perdemos 9 bilhões de reais, pouco menos em dólares, para defender o valor da moeda nacional. O montante dessas perdas é sempre relativo. Na verdade o BC troca dólares por reais. Se os especuladores ganham e a moeda se desvaloriza, ter-se-á perdido o equivalente ao percentual da desvalorização. Se o BC consegue dobrar os especuladores, recupera-se o ‘perdido’ ou até se ganha, dependendo do valor da moeda no momento da venda do dólar, comparado com seu valor no momento em que se decida comprar dólares para recompor as reservas.

E neste momento da história do Brasil o país precisava cuidar do valor do Real, pois disso dependia a estabilidade, por isso a missão se complicava, haja vista que a estabilização interna depende necessariamente de uma condição estável no exterior, mesmo porque hoje como se disse os mercados estão interligados, ou seja dependentes entre si.

Sendo assim, além do aspecto histórico, é importante destacar seus reflexos na política econômica brasileira que buscava estabilizar-se. A história permitiu dar exemplos de crises no século XX, mas como já foi pontuado as crises são recorrentes no histórico capitalista de modo que o século atual também já foi era de turbulências.

2.3 O século XXI (Crise imobiliária nos EUA-2008 e a Grécia-2011)

Tal crise de 2008 teve início anteriormente, o que não se pode precisar quando, ocorre, que seu desfecho, ou sinal de que a economia iria mal se deram no setor de imóveis norte americano. Isso é explicado por Alan Greenspan (2008, p. 28-29)

Os especialistas em mercado imobiliário dos Estados Unidos se surpreenderam com os efeitos do colapso de parte tão pequena do setor habitacional, semeando calamidades entre proprietários de imóveis, bancos, empresas de investimento e investidores situados a oceanos de distância. A disponibilidade de crédito imobiliário global barato, aparentemente ilimitado, disseminou uma orgia de construções e de compras, que atingiu o auge no início de 2006. O que aconteceu em seguida é, a esta altura, história dolorosamente familiar. Nos Estados Unidos, entre março de 2006 e março de 2008, as vendas de residências unifamiliares, novas e usadas, caíram em um terço. O colapso das operações financiadas por empréstimos hipotecários subprime foi responsável por dois terços ou mais do declínio. Hoje, em seu atual estado de devastação, o mercado imobiliário americano está sendo financiado quase exclusivamente por empréstimos convencionais e por dinheiro da Federal Housing Administration (FHA). Desde o verão de 2006, nos Estados Unidos, centenas de milhares de proprietários de imóveis, muitos dos quais forçados por execuções de hipotecas, se mudaram de residências próprias, unifamiliares, para imóveis alugados, gerando um excesso de aproximadamente 600 mil residências unifamiliares vazias, à venda, em boa parte de propriedade de investidores. As construtoras, surpreendidas pela rápida contratação do mercado, lançaram involuntariamente mais de 150 mil imóveis novos, ampliando ainda mais o excesso de “casas vazias à venda”.

Importante que se reflita sobre tais acontecimentos. Será que realmente o excesso de 600 mil ou mais imóveis poderiam de fato causar um estrago de proporções globais? Ocorre, que o setor imobiliário norte americano foi apenas a “gota d’água” de todo um sistema financeiro que não possuía mais liquidez.

Por liquidez entenda-se a capacidade de honrar compromissos, ou melhor, a real existência dos valores expressos. Além disso, se deve destacar ainda a importância de um mercado consumidor para a produção. Não se deve esquecer que a produção voltada para o consumo é uma das características do capitalismo. Neste sentido quando se produz e ninguém consome fatalmente ter-se-á uma crise capitalista. Sem consumo a produção para, isso gera recessão.

A recessão causa demissão. Sem trabalho a população não tem renda; sem renda não consome e não pode honrar compromissos, e então a “roda do capitalismo” começa a girar em sentido contrário e todos os setores irão entrar em crise. Logo, percebe-se que tanto agora, como em 1929, a superprodução não seguida de um consumo proporcional gerou crises. Logo, a existência de um mercado consumidor evita, ou pelo menos combate a recessão.

Feitas estas considerações pode-se deduzir que o combate a crises deve partir de políticas que estimulem o consumo. Neste sentido pode-se dizer ainda que a política do governo brasileiro de diminuir os juros incidentes sobre impostos ligados ao consumo foi uma atitude louvável no período de 2008.

No tocante a crise helênica deve-se ponderar que as economias estão coligadas em um amplo sistema que não é mais local, que não tem nacionalidade, não tem língua, é um sistema

mundial. Isso pode gerar muitos problemas, sobretudo, do ponto de vista de “contaminação”, pois os problemas não são mais isolados.

Hoje os problemas são sentidos por todo o sistema e como o sistema está espalhado por uma complexa rede os problemas são sempre em escalas mundiais. Sendo assim, depois de 2008 o mundo agora assiste a uma nova turbulência. Uma turbulência que tem novamente tirado o sossego dos países capitalistas.

Bem verdade que os Estados já deveriam ter acostumado, pois a história mostra que no capitalismo as crises são freqüentes e inevitáveis. Mas o importante desta situação atual é que a Grécia é um dos países membros da União Européia.

Sendo assim, uma crise grega que naturalmente já teria proporções mundiais se potencializa quando se percebe que seus impactos poderão ser maiores por comprometerem forte e diretamente a chamada “zona do euro”. E isso se deve em grande parte ao fato de a interação no bloco se dar de forma bastante acentuada, inclusive com uma moeda em comum. A situação da Grécia é uma decorrência do fato de não ter tido austeridade anteriormente (BBC BRASIL, 2011)

A Grécia gastou bem mais do que podia na última década, pedindo empréstimos pesados e deixando sua economia refém da crescente dívida. Nesse período, os gastos públicos foram às alturas e os salários do funcionalismo praticamente dobraram. Enquanto os cofres públicos eram esvaziados pelo gastos a receita era atingida pela alta evasão de impostos, prática generalizada no país. A Grécia estava completamente despreparada quando chegou a crise global de crédito. O deficit no orçamento, ou seja, a diferença entre o que o país gasta e o que arrecada, foi, em 2009, de 13,6% do PIB, um dos índices mais altos da Europa e quatro vezes acima do tamanho permitido pelas regras da chamada zona do euro. Sua dívida está em torno de 300 bilhões de euros (o equivalente a US\$ 400 bilhões ou R\$ 700 bilhões). O montante da dívida deixou investidores relutantes em emprestar mais dinheiro ao país. Hoje, eles exigem juros bem mais altos para novos empréstimos. Essa situação é particularmente preocupante, porque a Grécia depende de novos empréstimos para refinarçar mais de 50 bilhões de euros em dívidas neste ano.

Ocorre, que a resolução de tal quadro é fundamental para a saúde do bloco e conseqüentemente de todo o sistema financeiro mundial, pois teme-se que o quadro possa gerar um efeito dominó, derrubando outros membros da zona do euro cujas economias estão enfraquecidas, como Portugal, Irlanda, Itália e Espanha. Estados que também estão enfrentando problemas para imprimir responsabilidade no controle do gasto público (BBC BRASIL).

O quadro é preocupante e fez com que a Grécia apresentasse uma série de atos, que em boa parte também já foram adotados no Brasil durante o processo de estabilização econômica durante a era FHC (DINIZ, 2007). Sendo assim, dentre as medidas adotadas pelo governo grego destaca-se (BBC BRASIL, 2011)

A Grécia apresentou planos para cortar seu déficit para 8,7% em 2010, e para menos de 3% até 2012. Para alcançar isso, o Parlamento grego aprovou um pacote de medidas de austeridade para economizar 4,8 bilhões de euros. O governo quer congelar os salários do setor público e aumentar os impostos, e ainda anunciou o aumento do preço da gasolina. O governo ainda pretende aumentar a idade para a aposentadoria em uma tentativa de economizar dinheiro no sistema de pensões, já sobrecarregado.

Espera-se que a Grécia tenha sucesso, mesmo sabendo que as crises são naturais e cedo ou tarde o capitalismo sempre sofre com sua própria estrutura voltada para o acúmulo. Caso a Grécia não consiga lograr êxito o mundo saberá se reestruturar, isso também é do capitalismo. Evidente que essa reestruturação tem um preço, muitas vezes caro do ponto de vista social, mas que se não for pago não possibilita que se saia do momento crítico. E é justamente esse preço social que tem causado protestos da sociedade organizada (FRAGOU; PAPADIMAS, 2011)

Os trabalhadores da Grécia entraram em greve de 24 horas nesta quinta-feira, paralisando o sistema de transporte público em protesto contra a decisão do governo de intensificar o aperto fiscal para garantir mais empréstimos e evitar a bancarrota do país. Dezenas de milhares de trabalhadores irritados preparavam-se para marchar ao Parlamento, em Atenas, como parte dos primeiros grandes protestos nacionais desde junho, quando manifestações diárias culminaram em conflitos sangrentos com a polícia. Motoristas de táxi e ônibus e funcionários do metrô e do trem obrigaram os cidadãos a usar seus próprios carros, gerando congestionamentos quilométricos e isolando turistas nos hotéis do centro histórico da capital. 'A situação é dramática, todas as ruas principais estão travadas', disse um policial de trânsito. A paralisação dos controladores de tráfego aéreo atrasou 100 voos em até quatro horas, e mais dezenas de pousos e decolagens foram cancelados. Depois que inspetores da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional (FMI) deixaram claro que estavam perdendo a paciência com o descumprimento das metas fiscais pela Grécia, o governo aprovou novas medidas na quarta-feira. Além de cortar aposentadorias e prorrogar um aumento de imposto sobre propriedade, o governo grego colocou 30 mil funcionários públicos na 'reserva', reduzindo seus salários para 60 por cento e dando a eles 12 meses para encontrar novos empregos no setor estatal para não perder seus cargos. 'Essa é uma política que nós não toleramos, que nós não queremos. Estamos em oposição contínua, total e permanente a ela', disse Yannis Panagopoulos, presidente da união sindical do setor privado GSEE, à NET TV. Com projeções apontando uma contração de até 5 por cento na economia este ano, após retração de 4,4 por cento em 2010, e o desemprego em 16 por cento, a maioria dos gregos tem pouca esperança de que as medidas de austeridade possam ajudar o país a sair da crise. 'Nós estamos vivendo com o terror de poder perder nossos empregos, nossas vidas. Mesmo se essas demissões forem necessárias, nós não estamos sendo tratados como humanos', disse Costas Andrianopoulos, 32, que trabalha no Teatro Nacional. Os inspetores da UE e do FMI devem voltar a Atenas no começo da semana que vem para completar sua avaliação.

O fato que deve ser frisado é que a má gestão das finanças de um Estado cedo ou tarde irá gerar problemas, e geralmente nestes casos as soluções requerem uma postura abrupta por parte do governo, o que demonstra uma irracionalidade política. Se diz isso porque se um governo tem planejamento é capaz de realizar as reformas de maneira comedida, com um desgaste político muito pequeno se comparado com os momentos de recessão quando derrepente é obrigado a enrigecer sua conduta de uma só vez.

E isso agrava ainda mais a condição do Estado, que passa a sofrer turbulência política em decorrência da instabilidade econômica fazendo com que o governo tenha dois problemas para se preocupar. Por isso é politicamente mais adequado que se promova as mudanças fiscais em momentos de calma econômica para que possam ser feitas de maneira pouco turbulenta.

3. Recessão se combate com consumo: O Brasil como exemplo

No Brasil dentro de sua vasta gama de impostos deve-se destacar o Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI devido ao seu papel de destaque durante a crise financeira internacional de 2008, pois foi usado pelo governo em uma política de redução de sua alíquota como meio para estimular o consumo e conseqüentemente manter a demanda em patamares que não provocasse acúmulo de produção, o que não ocorreu em 1929 por exemplo.

Importante ainda antes de abordar o IPI pontuar dois aspectos das crises citadas acima: O primeiro é que ambas têm o mesmo berço, qual seja, os Estados Unidos. Isso é natural, pois fala-se da maior potência econômica capitalista nos dois momentos. O segundo aspecto é o que se refere ao fato de que em todas as crises capitalistas tem-se percebido uma produção que não é consumida e isso gera paralisação econômica, o que agrava ainda mais o quadro (MARIN, 2011)

Em momentos de crise econômica, melhor poupar do que gastar. A máxima tem orientado as decisões de boa parte dos americanos, mesmo dos 139,3 milhões hoje na confortável situação de trabalhadores empregados. Mas, fortalecido pela insegurança, esse princípio tornou-se a pior trava para o deslanche do crescimento da atividade do país. Romper com essa lógica já era um desafio para o governo dos EUA desde 2009. Com o novo compromisso de cortes de pelo menos US\$ 1 trilhão em gastos públicos federais, a reversão da queda do desemprego tornou-se a meta essencial para evitar uma nova recessão. Erin Monaghan adota a regra a ferro e fogo. Diretora de uma organização não-governamental em Vinton, Estado de Iowa, divorciada e mãe dos adolescentes Quinn e Shane, Erin cortou as visitas semanais à cidade vizinha de Cedar Rapids, dispensou os alimentos congelados e trocou os planos de telefonia celular, internet e TV a cabo por outros mais baratos. O ar-condicionado foi desligado neste verão. A economia com esses pequenos cortes foi para a poupança e cobriu o aumento do custo de vida. 'Não é hora de ganância', afirmou, sentada do muro da Casa Branca, durante a única extravagância da família nos últimos três anos: a primeira visita à capital dos Estados Unidos. De acordo com dados do Departamento do Comércio dos Estados Unidos de 2011, o consumo pessoal voltou a cair em junho, em 0,2%, depois de cinco meses de crescimento nunca maior do que 0,4%. Em junho, movimentou US\$ 10,6 trilhões, conforme cálculos ajustados sazonalmente. Os dados frustraram apesar da ampla oferta de crédito a baixo custo. Ninguém quer se endividar. Estudo anual sobre a economia dos EUA feito pela Moody's, uma das principais agências de avaliação de risco de crédito, apontou o fato de, antes da crise de 2008, os EUA terem vivido duas

décadas de baixa taxa de poupança pessoal. Em 2005, chegou ao seu menor nível, de 1,4%. Mas, no ano passado, chegou a 5,8%. 'Como o consumo representa a maior parte do PIB, qualquer pequeno aumento na taxa de poupança pode contrair o crescimento', informou o estudo da Moody's. Na economia americana, o consumo doméstico representa 70% do Produto Interno Bruto (PIB). Aumentá-lo vem sendo objetivo da Casa Branca desde o início de 2009, quando pacotes trilhonários de estímulo à atividade foram anunciados, assim como os programas de injeção de dinheiro no mercado pelo Federal Reserve, o banco central americano. Mas, os resultados têm sido desapontadores, em especial devido à insegurança do consumidor.

Logo, nos momentos de crise estimular o consumo é a saída inicial para combater a recessão. Dentro desta perspectiva nota-se que a saída encontrada pelo Brasil para estimular o consumo no momento de crise foi reduzir a alíquota do IPI em 2008. Mas para que se possa entender o porque o Brasil usou o IPI para estimular o consumo é fundamental que se tenha claro qual é a função dos tributos. Segundo o professor Hugo de Brito Machado, os tributos tiveram uma ampliação em suas funções, (MACHADO, 2007, p. 95)

Embora se trate de matéria própria da Ciência das Finanças, não se pode deixar de fazer referência à função dos tributos. O objetivo do tributo sempre foi o de carrear recursos financeiros para o Estado. No mundo moderno, todavia, o tributo é largamente utilizado com o objetivo de interferir na economia privada, estimulando atividades, setores econômicos ou regiões, desestimulando o consumo de certos bens produzidos, finalmente, os efeitos mais diversos na economia. Aliás, registros existem da utilização do tributo, desde a Antiguidade, com a finalidade de interferir nas atividades econômicas; mas os autores em geral apontam o uso do tributo com essa finalidade como um produto do moderno intervencionismo estatal. A esta função intervencionista do tributo dá-se o nome de *função extrafiscal*.

Essa função extrafiscal é que se busca demonstrar como uma possibilidade de utilização do tributo como forma de alavancar a economia de um país em seus momentos de crise, pois estimula o consumo não permitindo que a economia fique paralisada, o que gera resultados diretos na superação da recessão.

O IPI assim como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS são impostos incidirão direta ou indiretamente sobre o consumo (MACHADO, 2009). Mas o que isso representa? Sabe-se que toda produção que é onerada com impostos tem automaticamente esse custo repassado ao consumidor, que é quem paga o imposto no momento da aquisição.

Então, sem dúvida a alíquota cobrada no IPI influencia de maneira direta no preço final dos produtos. Aqui percebe-se ainda o aspecto da capacidade contributiva, além do aspecto interessante do contribuinte de fato e o contribuinte de direito (MACHADO, 2009, p. 91)

A questão dos direitos fundamentais do contribuinte inerentes à justiça nos impõe, especialmente no que diz respeito aos impostos sobre a produção e o consumo, ordinariamente classificados como impostos indiretos, especial atenção para a distinção entre o contribuinte *de direito* e o contribuinte *de fato*. O primeiro é aquele que mantém relação jurídica formal com a Fazenda Pública, e em função desta tem o

dever jurídico de recolher o imposto, e o segundo é aquele que não tem relação jurídica formal com Fazenda Pública, mas, por circunstâncias de ordem econômica, quase sempre suporta o ônus respectivo. É que em relação a esses impostos a capacidade contributiva a ser considerada é a do contribuinte de fato, e não do contribuinte de direito. Realmente, pouco importa se o produtor de automóveis é uma grande empresa com capacidade contributiva muito elevada. Os automóveis que ela produz, se são destinados a adquirente de menor capacidade contributiva, devem sofrer a incidência tanto do IPI como do ICMS, com alíquotas menores do que as aplicáveis no cálculo do imposto incidente sobre automóveis de luxo, destinados a adquirentes de elevada capacidade contributiva.

Do texto citado pode-se deduzir que o contribuinte direto é o produtor, e o indireto é o consumidor. Pode-se ir além e criar uma classificação no seguinte sentido: o contribuinte “real” é o consumidor, e o contribuinte “virtual” seria o produtor. Isso nada mais é do que repasse tributário definido por Nelson Nery (JUNIOR, 2010, p. 1133-1134)

Existe proibição legal à repercussão econômica de tributos [em especial, o PIS e a COFINS] na formação do preço do serviço de telefonia? Resposta: NÃO. Em verdade, a questão do repasse tributário se traduz em questão menos jurídica e mais econômica. Toda empresa, necessariamente, leva em consideração, para a composição de seu preço, todos os custos incidentes sobre sua atividade empresarial; é dizer, considera não apenas seus custos de produção, mas também o seu custo tributário. Nesse sentido, todos esses custos - inclusive o tributário - são levados em consideração e influem decisivamente na composição do preço, a fim de que a pessoa jurídica possa cumprir com seus encargos financeiros e auferir lucro. Daí por que a máxima econômica evidencia que todos os tributos repercutem, sejam eles “diretos ou indiretos”.

O IPI é um imposto que tem três hipóteses para configurar o fato gerador, são elas (BORBA, 2006): a) o desembaraço aduaneiro, quando for produto de origem estrangeira; b) a saída do produto de qualquer estabelecimento tido como contribuinte; c) a arrematação do produto quando tiver sido apreendido, ou abandonado.

Este tributo é de competência da União, e está devidamente previsto na Constituição Federal, artigo 153; IV: “Compete à União instituir impostos sobre: (...) IV - produtos industrializados. Neste mesmo artigo está expressa a disposição de que o governo (Poder Executivo) poderá alterar a alíquota do IPI.

Segundo a Constituição tal imposto terá os seguintes aspectos: I - será seletivo, em função da essencialidade do produto; II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores; III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior. IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei.

Não se pode deixar de pontuar que o IPI além de ser de competência da União, e poder ter reduzida a sua alíquota conforme a necessidade vislumbrada pelo Poder Executivo, está submetido aos ditames do princípio da legalidade, ou seja, sem previsão legal nada poderá ser alterado.

Ainda nesta direção existe outro princípio que deverá ser respeitado, qual seja, “*princípio da especialidade dos incentivos fiscais*”, pois de fato a redução da alíquota do IPI foi uma ação de incentivo fiscal deflagrada pelo governo como forma de combate a queda do consumo, muito presente nos momentos de crise.

Ante este quadro há que se fazer uma análise sobre o incentivo fiscal como política de desenvolvimento. O incentivo fiscal é um instrumento de que lança mão o governo seja ele municipal, estadual, ou federal, como forma de atrair investimentos ou estimular a produção de determinado produto, ou ainda estimular certo setor da economia.

Essa política é uma área do Direito Financeiro (HARADA, 2006); o que não se pode perder de vista é o fato de que o direito deve respeitar a legalidade, e isso fica mais evidente no direito tributário onde o princípio da legalidade é indispensável para que as ações do governo tenham validade.

No caso em tela ficou evidenciada a legalidade, pois o governo fez as reduções via decretos, e a especialidade, pois para cada setor que recebeu a redução foi produzido um diploma legal. Assim foi nos casos da redução do IPI para automóveis, eletrodomésticos, materiais de construção.

Ao contrário de 1929 o Brasil de hoje tem reservas e é um país com outra economia, o que propiciou o uso de instrumentos muito mais eficazes no combate a recessão como a redução da alíquota do IPI. Sem temor frisa-se que tais eventos se coadunam a ideia de Marx (MARX, 2009) do caráter cíclico das crises capitalistas.

Então, não se pode negar ao governo a perícia em saber utilizar a redução do IPI para a indústria de eletrodomésticos e automotiva, isso de fato propiciou uma manutenção e posteriormente aumento do consumo, e como já se disse o consumo é de salutar importância nos momentos de crise, pois evita que a indústria pare de produzir; e conseqüentemente evita as demissões em massa.

Porém, não se resumiu a apenas essa redução na alíquota do IPI. O governo ainda estimulou o crédito via bancos estatais como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Não se pode ainda deixar de considerar que essa gama de ações do governo somente foram possíveis devido ao momento econômico que o país atravessa. Hoje o Brasil ocupa lugar de destaque no cenário econômico mundial, cite-se (OSWALD, 2011)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) destacou o Brasil, a Alemanha e a Indonésia como três bons exemplos de diferentes respostas à crise financeira global desencadeada em setembro de 2008 no relatório divulgado nesta terça-feira "Estudos sobre crescimento com equidade". A agilidade da recuperação brasileira, segundo o documento, se deu pela estratégia "inovadora de proteção e aumento da renda", e

pelo fato de o país ter "feito sua lição de casa" no período posterior às turbulências de 1999, ao introduzir um novo regime macroeconômico orientado para a redução das vulnerabilidades externas e construção de superávits fiscais. Mesmo assim, a OIT aponta uma lista de desafios para o país crescer e se preparar para novas crises no futuro, entre eles, o câmbio. "Quando o país se recuperou da crise, os fluxos de capital retornaram - impulsionados pela perspectiva econômica positiva e pelas taxas de juros mais altas. Isto levou a uma significativa valorização do Real, apesar dos controles de capital (taxa de 2%) instituídos em outubro de 2009. Vale ressaltar que uma excessiva apreciação da moeda pode amortecer os setores orientados para a exportação e criação de emprego", diz o estudo. Uma das autoras do relatório da OIT, a especialista em emprego do escritório no Brasil, Janine Berg, chegou a propor novos instrumentos de controle de capitais para o Brasil e afirmou que o país deve aproveitar a sua importância no G-20 para buscar medidas internacionais para contornar o problema do câmbio. Ela lembrou que o país já promoveu o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para aplicações de estrangeiros e disse outros reajustes poderia ser alternativas. - O câmbio atual deixa o Brasil mais exposto, é problemático. Os fluxos de recursos que entram no país cresceram atraídos pelas taxas de juros altas e pela boa situação econômica, mas, se houver uma crise no futuro, o dinheiro pode sair rapidamente. Não ajuda para o crescimento econômico. Os desafios brasileiros também incluem, segundo a OIT, investir na intermediação de mão de obra e na formação profissional, assegurar que as políticas de erradicação da pobreza sejam acompanhadas de programas de inserção no mercado de trabalho, fortalecer o sistema de proteção social e melhorar o sistema educacional, com ênfase na qualidade da educação. Segundo a diretora do escritório da OIT no Brasil, Laís Alamo, os indicadores de educação do país melhoraram, mas ainda deixam a desejar. Ela destacou o problema da qualificação profissional. - O pacote anticrise não incluiu reforços para a intermediação da mão de obra - disse Alamo. De acordo com o relatório da OIT, a expansão da cobertura da assistência social e a manutenção da política de valorização do salário mínimo também ajudaram o país a mitigar os efeitos da crise de 2008. Outra medida destacada para o caso brasileiro foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que ajudou a preservar entre 50 mil e 60 mil postos de trabalho no setor automotivo. O aumento das transferências de benefícios sociais representou uma injeção de US\$ 30 bilhões na economia. Ao se referir aos desafios que estão pela frente, o relatório ressalta que a "força da recuperação econômica em curso representa uma oportunidade importante para enfrentar e resolver essas questões de longo prazo". A OIT destaca a importância das reformas institucionais, da ampliação das taxas de investimento e da reformulação do sistema tributário. Além disso, destaca que existe uma "excessiva dependência nas exportações de commodities para o crescimento e, por isso, são necessárias políticas para incentivar os investimentos, incluindo infra-estrutura física e social, em outras áreas, na tentativa de diversificar e desenvolver outros setores de ponta - como foi o caso com a aeronáutica do Brasil e biotecnologia, por exemplo". Sobre os níveis de investimento global do país - estimados em cerca de 17% do PIB -, afirma que são baixos em comparação com outros emergentes, especialmente na Ásia em desenvolvimento, onde, em média, estão acima de 40% do PIB. A OIT também sugere o aumento do investimento em pesquisa e desenvolvimento, "que gira em torno de apenas 0,5% do PIB".

O Brasil teve condições de adotar tais práticas porque hoje tem "gordura para queimar", como gostam de dizer os economistas e jornalistas. Ao contrário do que se viu em 1929 quando enfrentou-se uma crise sem uma estrutura econômica consolidada, o que causou ação como a prática de queima de produção cafeeira (SILVA, 1992).

Dentro desta concepção marxista sobre o caráter cíclico das crises econômicas percebeu-se que evitar as crises é tarefa praticamente impossível, pois a história mostra isso, porém, o que pode ser feito e com eficiência é o combate da recessão via redução dos

impostos incidentes direta ou indiretamente sobre o consumo, isso ataca a crise em seu ponto central que é a falta de consumo, mantendo o sistema em atividade e com isso promovendo a superação da recessão.

Isso é viável principalmente porque segundo o professor Hunt (1981) o ser humano consome sem refletir, quase que de maneira involuntária, e a redução da carga tributária usa essa vontade de consumir a favor da superação das crises.

Considerações Finais

A opção pelo presente tema teve o escopo de demonstrar o quanto a economia influi em no cotidiano, mas sobretudo, como o Estado/governo pode utilizar de artifícios legais para evitar as consequências prejudiciais ao convívio social trazidas pela crise capitalista, como a miséria, por exemplo.

O filósofo Thomas Hobbes em sua memorável obra “O Leviatã” ensina que o homem saiu do estado de barbárie para garantir a sua própria sobrevivência, pois, nesta condição o homem não tem nada a temer. Isso não é vantagem para a espécie humana. Nenhum homem é tão fraco que não possa matar e nem tão forte que não possa morrer. Isso é o caos, a recessão leva a isso.

Sendo assim, o homem decidiu ceder parte de sua liberdade para a criação de um ente maior que seria responsável em proteger o ser humano e retirá-lo de seu estado de barbárie. Tal estado é desvantajoso ao homem, pois, nesta condição não se respeita a lei, e muito menos as instituições estabelecidas.

Dessa forma, “o homem capitalista” que vive essa condição de barbárie, causada pelas crises constantes do capitalismo, deixa de acreditar no Estado, e passa a buscar a sua sobrevivência, enxergando no concidadão um potencial inimigo que ameaçará a sua existência.

Isso faz com que se confirme a lição também trazida por Hobbes, de que o “Homem é o lobo do Homem”. Neste aspecto cabe ao Estado buscar conter as crises capitalistas como uma forma de evitar que a sociedade deixe de acreditar no “Leviatã” e volte a situação de barbárie, maléfica a humanidade.

Logo, conter a crise capitalista via redução de impostos foi uma forma encontrada pelo Estado não só para garantir o funcionamento da estrutura capitalista, mas também para evitar a sedição e a conseqüente desconstituição do Estado. Sendo assim, a necessidade de manter o consumo em patamares constantes é tarefa crucial para combater a recessão e alavancar as economias.

Hoje passa-se por uma crise mundial, a história comprova a afirmação de Marx acerca da característica cíclica das crises no capitalismo, por isso o fato de superar o momento atual não significa que o mundo estará imune a tais crises, porém, percebeu-se que é possível enfrentar tais momentos como políticas voltadas a manutenção do consumo em patamares elevados.

E isso foi feito no Brasil quando o país reduziu a alíquota do IPI, o que influenciou na redução dos preços e conseqüentemente estimulou o consumo. Isso também é um exemplo dado pela própria história de que se pode enfrentar as crises no capitalismo. E não seria prematuro dizer que o consumo pode ser um importante instrumento a disposição do Estado para que se evite a recessão.

Não se luta contra esse histórico de crises dentro da estrutura capitalista, porém, no presente trabalho buscou-se demonstrar que podem ser combatidos os efeitos gerados pela crise. Tudo isso sem suprimir as características capitalistas voltadas para o acúmulo, o que permite deduzir que a atuação do Estado para combater as crises tem dois objetivos: 1º) garantir uma prosperidade constante do capitalismo; e 2º) evitar a sedição para garantir a existência do Estado.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José Jobson. Piletti, Nelson. **Toda a História**. 5.ed.. São Paulo: Editora Ática, 1996.

BARBOSA, Paulo Sergio. **As causas da crise asiática**. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAADegAB/a-crise-asiatica>>. Acesso em: 10 de AGO. de 2011.

BBC BRASIL. **Entenda a crise na Grécia**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u731283.shtml>> Acesso em: 20 de SET. de 2011.

BORBA, Cláudio. **Direito Tributário**. Elsevier. 19ª edição. Rio de Janeiro. 2006.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal anotada**. 7ª edição. 2ª tiragem. Saraiva. São Paulo. 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política: a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DINIZ, Carlos Augusto de Oliveira. **A Reforma Econômica da era Fernando Henrique Cardoso e sua Importância para o Estado Brasileiro**. 103 p. 2007. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba-MS, 2007.

FOREX89. **Crise do Petróleo de 1973**. Disponível em: <<http://www.forex89.com/opep-parte-3/>> Acesso em: 14 de AGO. de 2011.

FRAGOU, Tatiana. PAPADIMAS, Lefteris (Agência Reuters). **Gregos entram em greve contra aperto fiscal**. Disponível em: <<http://dinheiro.br.msn.com/gregos-entram-em-greve-contr-a-aperto-fiscal-1>> Acesso em: 22 de SET. de 2011.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 9ª edição. Malheiros Editores Ltda. São Paulo. 2004.

GREENSPAN, Alan. **A era da turbulência: aventuras em um novo mundo**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Elsevier. Rio de Janeiro. 2008.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 15ª edição. Atlas. São Paulo. 2006.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 7. ed. Tradução José Ricardo Brandão Azevedo. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1981.

JUNIOR, Nelson Nery. **Soluções práticas de direito**. Direito Público: Direito Constitucional – Direito Administrativo – Direito de Informação – Direito Tributário – Direito Bancário. Vol. I. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2010.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 28 ed. Malheiros Editores Ltda. São Paulo. 2007.

_____, **Direitos Fundamentais do Contribuinte: e a efetividade da jurisdição**. Atlas. São Paulo. 2009.

MARIN, Denise Chrispim. **Crise leva americanos a poupar e cortar gasto**. Disponível em: <<http://estadao.br.msn.com/economia/crise-leva-americanos-a-poupar-e-cortar-gasto>> Acesso em: 26 de SET. de 2011.

MARINHO JUNIOR, Ilmar Penna. **Petróleo: política e poder: (um novo choque do petróleo?)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

MARX, Karl; c/ Engels, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. L&PM. Porto Alegre. 2009.

MELO, José Eduardo Soares de. PAULSEN, Leandro. **Impostos: federais, estaduais, municipais**. 5ª edição. 2ª tiragem. Livraria do Advogado. Porto Alegre. 2010.

OSWALD, Vivian. **OIT: Brasil saiu da crise com aumento da renda, mas câmbio é desafio**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/03/22/oit-brasil-saiu-da-crise-com-aumento-da-renda-mas-cambio-desafio-924062902.asp>> Acesso em: 26 de SET de 2011.

PEDRO, Antonio. **História geral**. Vol. Único. FTD. São Paulo. 1998.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise econômica e reforma do estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. Tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkauska. São Paulo: Editora 34, 1996.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil: Colônia, Império, República**. 1ª edição. Moderna. São Paulo. 1992.